

A Teoria de Lawrence Kohlberg : O Carácter Estrutural do Desenvolvimento Moral

As investigações de Lawrence Kohlberg vêm no prolongamento da obra de Piaget, consistindo na aplicação do quadro conceptual definido por este autor ao desenvolvimento moral. Kohlberg considera que é possível detectar, na área do desenvolvimento da personalidade social, a existência de estágios ou mudanças estruturais, que acompanham os estágios cognitivos. Os conceitos de conflito, descentração e equilíbrio são retomados para explicar a influência do meio social sobre o desenvolvimento moral (Kohlberg, 1982).

Kohlberg definiu seis estágios do desenvolvimento moral, usando como metodologia a aplicação de dilemas morais hipotéticos, solicitando uma resposta livre. Cada estágio representa uma definição própria dos conceitos morais básicos, sendo possível estabelecer entre eles uma seqüência hierárquica de progressiva diferenciação e integração. Os tipos superiores de pensamento moral integram e substituem os inferiores. Cada estágio consiste, assim, num processo ativo de organização do mundo, correspondendo a uma totalidade estruturada. Isto significa que, quando confrontados com vários aspectos do juízo moral, os sujeitos evidenciam sempre uma mesma lógica, que é a do respectivo estágio em que se situam. Estes estágios são universais e definitivos; verificam-se em todas as culturas e sucedem-se segundo uma seqüência invariável. Uma vez atingido um estágio superior não há retrocesso. A progressão nos estágios equivale a uma marcha para o equilíbrio.

Os estágios de desenvolvimento moral e a construção da autonomia moral

O raciocínio moral é essencialmente um processo de tomada de perspectiva, assumindo, em cada estágio, uma nova estrutura lógica paralela à dos estágios de Piaget e que é uma estrutura de justiça, progressivamente mais compreensiva, diferenciada e equilibrada (Kohlberg, 1981). Os estágios de desenvolvimento moral traduzem, pois, formas cada vez mais elaboradas e racionais de justificar as decisões e de solucionar os conflitos.

Kohlberg considera três níveis gerais de desenvolvimento moral, cada um dos quais subdividido em dois estágios. O [Quadro 1](#) traz um resumo dos estágios.

Quadro 1: Estágios de Desenvolvimento Moral de Kohlberg

O QUE É JUSTO	PORQUÊ	PONTO DE VISTA SOCIAL
NÍVEL PRÉ-CONVENCIONAL		
<i>Estágio 1</i> Obedecer, evitar a punição (ou os danos físicos e materiais).	Superioridade dos pais, do adulto, ou daqueles que castigam.	Egocentrismo. O ponto de vista do outro não é considerado.
<i>Estágio 2</i> Obedecer às regras que servem o interesse próprio. Nas partilhas é justo o que é igual.	Porque cada um segue o seu próprio interesse.	Embora os pontos de vista possam ser diferentes, o ponto de vista próprio continua a ter a primazia.
NÍVEL CONVENCIONAL		
<i>Estágio 3</i> Fazer o que os outros (em particular os mais próximos) esperam. Ser bom, demonstrar interesse pelos outros, respeitá-los, confiar neles, ser leal.	Porque é necessário colocar-se no lugar dos outros. É necessário manter os comportamentos socialmente aprovados.	O indivíduo tenta colocar-se no lugar dos outros, mas sem considerar um sistema de perspectivas geral. Tomada de consciência das intenções dos outros, dos acordos e dos desacordos.
<i>Estágio 4</i> Cumprir os seus deveres e seguir as leis, mesmo quando estas entram em conflito com as regras sociais.	Porque é necessário manter as instituições e evitar os desequilíbrios que adviriam se "toda a gente fizesse assim".	Os indivíduos são considerados em função da posição que ocupam na sociedade. Não há conflito lei-moral.
NÍVEL PÓS-CONVENCIONAL		
<i>Estágio 5</i> Distinção entre valores individuais e direitos elementares, tais como a vida e a liberdade.	Porque temos deveres decorrentes de um contrato social que visa a realização do bem para o maior número.	Visão igualitária (igualdade de oportunidades). Lei e moral podem entrar em conflito.
<i>Estágio 6</i> A igualdade e o respeito pela dignidade da vida humana são os princípios morais universais. Suscitam uma adesão livre.	Porque os princípios morais são universais e há que se comprometer na sua defesa.	Os indivíduos são fins em si e devem ser considerados como tais.

Fonte: Moessinger (1989)

Segundo este autor, os conflitos de valores podem ser racionalmente solucionáveis, dado que é possível tender para um conjunto de princípios éticos universais. O conflito de valores é apenas uma etapa do diálogo que visa atingi-lo com um acordo universal, no nível de uma generalidade superior (pelo reconhecimento de princípios éticos universais). Assim, a autonomia moral é alcançada nos dois últimos estágios de desenvolvimento moral, traduzindo-se numa racionalização de ideais, fruto da interação do indivíduo com o meio social.

A importância dos vários grupos sociais (entre os quais a escola) é salientada na criação de oportunidades de descentralização social, que permitindo aos indivíduos a apreciação de outras perspectivas e o colocar-se no papel do outro, favorecem o desenvolvimento moral. Assim como o egocentrismo intelectual e moral da criança caracteriza a moralidade autônoma, também o estar voltado para a perspectiva do outro é inseparável da autonomia. Através dela, o pensamento realiza a sua natureza relacional.

A Superação da Tradição Cognitivo-Desenvolvimental: As Teorias do Desenvolvimento do Ego

A perspectiva cognitivo-desenvolvimental, na sua formulação piagetiana original, caracterizava-se por ser uma aproximação exterior descritiva e com caráter epistemológico. Excluía o ponto de vista participativo, isto é, a forma como as

diversas estruturações da realidade, estabelecidas ao longo do desenvolvimento, são experienciadas pelo próprio sujeito (Kegan, 1982).

A consciência das potencialidades e das limitações da teoria de Piaget impeliu o diálogo com outras tradições psicológicas, nomeadamente com a psicanalítica. O aprofundamento da cognição social, levado a cabo pelas teorias neopiagetianas, constituiu o elo de ligação que faltava entre estes dois paradigmas dominantes do desenvolvimento, facilitando a apropriação do conceito de ego pela aproximação estrutural.

Neste contexto, há que fazer referência à teoria de Robert Selman, que evidencia a base estrutural do conhecimento social da criança, afirmando uma sucessão de estágios de cognição social, correspondentes a níveis de perspectiva social. Segundo Selman (1980), *"a cognição social não pode ser reduzida, de forma teórica ou prática, à mera aplicação simples das competências cognitivas (estrutura) à esfera social (conteúdo)"* (p.14). Contudo, o desenvolvimento da cognição social implica o desenvolvimento cognitivo.

O desenvolvimento da cognição social fornece a base para o desenvolvimento social e para o comportamento da pessoa. Para Selman (1980), *"a criança, em sentido geral, estrutura e compreende o seu ambiente social envolvente através da descentração social, e o raciocínio moral depende, em parte, da sua perspectiva social"* (p.36).

No quadro das teorias neopiagetianas, que reclamam da perspectiva estrutural do desenvolvimento, a relação do eu com o não-eu (físico e social) ocasiona uma reestruturação dialética da própria unidade originária de sentido com a qual o sujeito se identifica (o próprio). Emerge desta compreensão o conceito de desenvolvimento do ego. A consideração deste conceito, e do seu desenvolvimento ao longo de um processo, corresponde à necessidade de compreensão da pessoa como um todo, ou seja, traduz uma compreensão holística que abarca as dimensões já consideradas do desenvolvimento (Blasi, 1993; Hauser, 1993).

CONAR

MISSÃO

Impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresas e defender a liberdade de expressão comercial.

Constituído por publicitários e profissionais de outras áreas, o CONAR é uma organização não-governamental que visa promover a liberdade de expressão publicitária e defender as prerrogativas constitucionais da propaganda comercial.

Sua missão inclui principalmente o atendimento a denúncias de consumidores, autoridades, associados ou formuladas pelos integrantes da própria diretoria.

As denúncias são julgadas pelo Conselho de Ética, com total e plena garantia de direito de defesa aos responsáveis pelo anúncio. Quando comprovada a procedência de uma denúncia, é sua responsabilidade recomendar alteração ou suspender a veiculação do anúncio.

O CONAR não exerce censura prévia sobre peças publicitárias, já que se ocupa somente do que está sendo ou foi veiculado.

Mantido pela contribuição das principais entidades da publicidade brasileira e seus filiados – anunciantes, agências e veículos –, tem sede na cidade de São Paulo e atua em todo o país. Foi fundado em 1980.